



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

O QUE MUDOU? ANÁLISE COMPARATIVA DO LIVRO DIDÁTICO ANTES E PÓS A BNCC

Eixo Temático: **Currículo, Metodologia e Práticas de Ensino**

Forma de Apresentação: **RESULTADO DE PESQUISA**

Henrique Gabriel Damasio¹

Sandra de Castro de Azevedo²

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar a leitura que se faz de dois livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) publicados em momentos distintos do plano político-educacional brasileiro. Ambos os livros, referem-se a disciplina de Geografia do 6º ano do ensino fundamental, sendo um deles publicado no ano de 2015 e o outro em 2018, quando já vigorava as normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com isto, este trabalho busca esboçar uma comparação entre as edições, nos atentando também às normativas omissas que corroboram na elaboração dos livros didáticos no cenário brasileiro. A pesquisa é parte de um projeto que tem como objetivo compreender as investidas de agentes econômicos na educação com a ascensão do neoliberalismo. Como caminho metodológico utilizamos o levantamento bibliográfico sobre o tema e realizamos a análise documental sob o método materialismo histórico-dialético. Esse procedimento de pesquisa resultou na comprovação que mudanças significativas foram efetivadas e que podem interferir diretamente no trabalho do professor e na Geografia Escolar.

Palavras-chave: Livro-Didático. Geografia. BNCC. Educação.

INTRODUÇÃO

Os livros didáticos são instrumentos presentes nas escolas desde a sua institucionalização. Tal artefato atravessa a história da educação de forma contraditória, ora funcionando enquanto instrumento pedagógico, ora como instrumento político, em algumas situações o objeto ocupa o centro de um cenário interseccionado. O livro didático (LD), além de denunciar a hegemonia ideológica de uma sociedade, atravessa uma discussão sobre políticas públicas e ocupa lugar de interesse por parte das editoras que estão presentes no contexto educacional.

¹GRADUANDO do curso de Geografia da UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, Sul de Minas Gerais. Bolsista de iniciação científica - FAPEMIG

² Professora Associada da Universidade Federal de Alfenas -MG



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

É compreendendo sua importância no centro de um cenário contraditório que sua escolha deve ser feita de forma responsável pelos professores. Pois, além de auxiliá-los no exercício de sua prática, representa a única fonte de informações para os alunos das escolas públicas brasileiras. Compreendendo o lugar que o LD ocupa no cenário educacional brasileiro, pensamos ser de extrema importância a sua escolha. É nesta escolha que o professor, detentor de um saber, demonstra o sentido de sua prática profissional. O LD, frente às atuais condições de trabalho dos professores, torna-se um instrumento de funções próprias (Choppin, 2004). As atividades, os recursos possuem objetivos específicos, orientados não somente para a construção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades que modificam o posicionamento dos estudantes frente à realidade, mas também podem assumir o caráter de um manual alienante.

É diante da compreensão do seu importante papel na educação que o professor deve se posicionar criticamente para a execução plena de sua docência. Sabemos que além de recurso pedagógico, o LD é também uma mercadoria, elaborado como um objeto que será posteriormente comercializado, gerando lucros para a indústria editorial. Assim, são apresentados como recursos bastante enfeitados, ocultando alguma de suas objetivações.

No caso do LD de Geografia, os profissionais mediadores do instrumento devem atentar-se ainda mais sobre o que vem sendo veiculado em suas páginas. A Geografia, ao constituir-se enquanto disciplina, atravessa um longo debate epistemológico. Atualmente, concorda-se que a disciplina, no seu caráter escolar assume uma agenda política, uma vez que se propõe a conhecer o mundo e obter informações a respeito da realidade, analisá-la, conhecê-la e explicá-la em sua íntima relação com o espaço geográfico que é produzido pelas sociedades, bem como contribuir para a formação cidadã.

É compreendendo o seu papel crítico e transformador, que, pelo menos no Brasil no contexto da Ditadura Militar (1964-1985), os grupos políticos a reduziram (em conjunto da disciplina de Estudos Sociais) à uma disciplina secundarista. A educação proposta pelos grupos hegemônicos assumia uma agenda de caráter tecnicista e nacionalista em função de um projeto de modernização conservadora estabelecido pelo regime militar que assaltou o poder. Neste contexto, ao que se refere ao campo da educação, objetivava-se a formação de um cidadão produtivo, que corresponde basicamente ao trabalhador que produz rapidamente, com maior qualidade e competência.

Assistimos, na atualidade, sob a égide do Fracasso Escolar que os mesmos grupos, articulados a agentes externos e ao Banco Mundial, propõem uma série de reformas de caráter salvacionista que se materializam na promulgação da Base Nacional Comum Curricular (2018), que em sua teoria busca definir, bem como nortear, nacionalmente, as aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros têm direito de aprender. A BNCC ao ser incrementada orienta não somente o conteúdo e os caminhos pelo qual ele deve se realizar diante dos estudantes, como também os materiais didáticos utilizados nas escolas.

Por este sentido, buscamos esboçar a compreensão que se constrói ao se analisar duas versões de uma coleção de livros didáticos “Expedições Geográficas” da editora



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

Moderna (2015;2018). E este texto é resultado parcial, obtido com a Iniciação Científica “As interferências da Base Nacional Comum Curricular ao PNL D: análise dos livros didáticos de geografia do Ensino Fundamental II”; que está vinculado ao Projeto de Pesquisa: “A GEOGRAFIA ESCOLAR E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS DE EDUCAÇÃO” que envolve discentes da Graduação por meio de orientações de Trabalhos de Conclusão de Cursos e de Iniciação Científica vinculados ao GERES (Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais) através do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Prática de Ensino de Geografia (NEPPEG).

Segundo a bibliografia estudada, o livro didático pode ser usado de diferentes formas, assumindo determinadas funções que podem ir de ou ao encontro com o que se propõe a Geografia Escolar. Para tentarmos entender o percurso pelo qual se insere o livro didático diante das reformas educacionais, faremos uma breve relação do livro com a BNCC, para mais adiante expressarmos os resultados parciais, especificamente da análise dos livros dos 6 anos, obtidos com a leitura dos materiais mencionados e apresentarmos nossas considerações finais a respeito do que vem sendo desenvolvido com a pesquisa a fim de que seja possível fomentar a discussão sobre os livros escolares que ocupam certa centralidade nas discussões político-educacionais brasileira.

MATERIAL E MÉTODOS.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo de análise documental, pautada no materialismo histórico dialético. Para compreender melhor a relação entre livro didático e política educacional foi realizado um levantamento bibliográfico na plataforma Google Acadêmico com as palavras chaves: Geografia, BNCC, ensino de Geografia, livro didático e educação. Além de análise de livros e artigos referentes à temática. Após esse aprofundamento teórico foi realizada a análise comparativa dos materiais didáticos publicados pela editora Moderna “Expedições Geográficas”, com a colaboração de Melhem Adas e Sérgio Adas, contemplando livros do 6º, 7º, 8º e 9º Ano do ensino fundamental. As coleções correspondem ao ano de 2015, sendo uma delas aprovada pelo PNL D 2014 e a outra pelo PNL D 2017 já seguindo as diretrizes da BNCC 2018. A pesquisa segue o método materialista, histórico e dialético e por meio da análise comparativa dos materiais propõe-se a apresentar a diferença entre uma coleção e outra, bem como refletir sobre os norteamentos que o livro sugere aos professores, antes e após a aprovação da BNCC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Concordam Choppin e Munakata (2004; 2012) que os livros didáticos, enquanto objetos de estudo, foram negligenciados por muitos anos. Ainda segundo os autores (idem) existe, ao entorno do objeto, uma dificuldade em limitar o seu



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

alcance e sua definição. Ao refletir sobre, Choppin (2004) concorda que existe em sua definição a tradução diversa de usos léxicos, isto, corrobora na dificuldade em se estudar propriamente o que é o livro didático. Além disso, uma outra dificuldade diz respeito ao caráter recente desse campo de pesquisa: “as obras de síntese ainda são raras e não abrangem toda a produção didática nem todos os períodos” (CHOPPIN, 2004, p. 549).

A despeito dessas dificuldades, parece ser necessário esboçar uma análise sobre o livro didático, uma das razões essenciais que a justificam é a sua onipresença pelo mundo, tanto como ferramenta pedagógica, como mercadoria que movimenta o setor editorial e escolar nos últimos dois séculos. Pensar tal objeto requer também pensar a estrutura pelo qual este se inscreve e se aplica, como também pensar a coexistência de outros suportes educativos que influem na sua elaboração.

Sabe-se que hoje o livro didático é considerado, pelo senso comum, um objeto banal, um objeto tão familiar que parece inútil tentar defini-lo. Entretanto, a contradição desta afirmação está no fato de que somente no Brasil, os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e que ainda em 1996, representavam aproximadamente a 61% da produção nacional (JUNIOR, 2000, p. 97-116 apud CHOPPIN, 2004, p. 551).

Assim, observa-se que o livro didático ocupa o centro de um debate interseccionado, e Choppin (2004) nos apresenta quatro funções que o livro didático pode exercer

1. Função referencial, também chamada de curricular ou pragmática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa (...) s. em todo caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário de conhecimentos, técnicas ou habilidade que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações; 2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc; 3. Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar -e, em certos casos, a doutrinar, - as jovens gerações, pode exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz; 4. Função Documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos textuais ou icônicos, cuja



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe também, um nível de formação elevado dos professores (CHOPPIN, 2004., p. 553).

Compreendemos que algumas funções estão ali mesmo sem apresentarem-se diretamente. Em um contexto em que muitos professores, com suas jornadas exaustivas de trabalho e má remuneração não dispõem de muito tempo para preparar aulas e ministrá-las como planejadas, muitas vezes utilizam o livro didático de forma integral, baseando suas aulas no que sugere o livro. E é sabendo desta realidade, por vezes orquestrada, que grupos hegemônicos tentam, através da terceira função atribuída ao livro didático de Choppin (2004), efetuar sua agenda econômica e política. Neste sentido, defendemos aqui que os materiais escolares devem ser minuciosamente lidos para serem efetivamente usados de forma crítica e complementar.

Como já apontado anteriormente, os livros escolares são recursos presentes, por vezes banalizados, mas que quando usados podem cumprir uma função alienante ou transformadora. Cabe neste contexto, fazer o uso atento do material, certos de que só ele não produz espírito algum, mas quando lido e utilizado se propõem a cumprir uma agenda. É por este sentido que buscamos aqui realizar a leitura dos materiais didáticos referente a duas edições publicadas pela editora moderna no ano de 2015 e 2018 após a aplicação da BNCC na realidade educacional brasileira. Sabe-se que no processo de elaboração da Base, o país enfrentava uma crise política que comungou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, este cenário trouxe consigo mudanças significativas das orientações políticas que ressoou no Ministério da Educação, como também na equipe que coordenava a pasta referente a Base. Neste sentido, marcada por conflitos, a BNCC foi gestada em um contexto político nacional conturbado trazendo questionamentos por parte dos profissionais da educação.

O currículo vem se tornando o núcleo e o espaço central da função da escola. Sob a égide do “Fracasso Escolar” surgem as investidas de agentes internacionais que defendem as mudanças curriculares de caráter salvacionista que trazem consigo ideias de inovação e melhorias da educação. O documento, sob a premissa de garantir a todos os indivíduos a mesma educação e que estes aprendam as habilidades necessárias para o mundo do trabalho e da cidadania, apresenta uma série de contradições, além de apresentar uma linguagem descompromissada, mas que assume uma série de intencionalidades por meio de diretrizes invisíveis (FREITAS *et al.*, 2018).

A incrementação da Base nas escolas brasileiras, faz com que todo o sistema escolar se debruce sobre ela, e as editoras, que concorrem para terem seus livros escolhidos e veiculados nas escolas, buscam se alinhar ao que pede a BNCC. Santos e Azevedo (2022) apontam como o PNL 2020 obrigou as editoras a se adequarem às normas e diretrizes da BNCC. A autora aponta, ao analisar os editais e os guias dos livros didáticos de geografia, que a BNCC afetou, também, o número de obras inscritas no PNL 2020 após a promulgação da Base. Ainda segundo Santos, (*idem*) no ano de 2020



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

foram inscritas apenas 12 obras, uma redução significativa ao edital de 2014 em que 26 obras foram inscritas.

Neste trabalho, pretende-se contribuir com a leitura de duas coleções de livros didáticos, sendo uma edição aprovada pelo PNLD 2014 e outra edição quando já vigorava as normativas da BNCC (2018). Nesta pesquisa identificamos, já de início, uma nova configuração dos livros.

O material que se analisa refere-se ao Manual do Professor, publicações com sugestões de atividades e comentários que facilitam a ação pedagógica do professor. O livro didático, segundo Munakata (2012) é, além de um recurso material (papel e tinta formando a mancha), que exprime o resultado de um complexo sistema de produção, circulação e consumo, um recurso com funções próprias. O uso do livro didático é pensado por aqueles que o produzem e acima destes, àqueles que o intencionam. Para o mesmo autor, o termo “uso”, sugere que o livro didático não deve ser reduzido à simples leitura. Certamente, o livro pode e deve ser lido, mas essa leitura pode ser silenciosa ou em voz alta, individual ou coletiva; o seu texto pode ser copiado na lousa ou no caderno; suas páginas podem ser riscadas, os exercícios e pesquisas que sugere são realizados; é transportado da casa à escola, da escola para casa, etc. – cada atividade implica práticas escolares diversificadas (MUNAKATA, 2012., P. 186). Cabe aqui, com a leitura realizada do material, compreendermos quais funções o livro didático do 6º Ano cumpre ao relacionar os conteúdos com as habilidades e competências que a Base sugere alcançar.

ANÁLISE DOS LIVROS DE 6º ANO “EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICA” 2015 e 2018

As primeiras páginas da edição de 2018 apresentam a proposta do livro, sua relação com a BNCC e o que se espera com a Geografia Escolar. O livro apresentado, corresponde ao Manual do Professor, versão impressa, alinhado às orientações curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – documento que define as aprendizagens essenciais a que todos os estudantes brasileiros têm direito ao longo da educação básica (Adas & Adas, 2018).

Logo no início, ao sermos apresentados ao livro, vemos que na edição do LD 2015, o sumário do livro do aluno é apresentado primeiro. No LD 2018, o que se apresenta primeiro é o manual do professor de como fazer o uso prático do livro, relacionando as habilidades da BNCC que são apontadas não somente do 6º Ano, mas de todos os anos seguintes. Ao que se refere ao sumário, vemos que o número de unidades se mantém, totalizando oito unidades e dividindo-se em percursos que somam no total 32 percursos.

As habilidades da BNCC se dividem em unidades temáticas. No caso do 6º Ano somam-se cinco unidades enfatizando seis objetos de conhecimento. Tais unidades temáticas afetam a disposição dos conteúdos que seguindo os percursos se organizam. Esta organização faz com que parte do conteúdo apresentado ao sexto ano do ensino fundamental em 2015 desapareça. Não sendo localizado em nenhum outro livro do



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

ensino fundamental. Na edição de 2015, o LD apresenta os aspectos físicos gerais do planeta Terra, bem como “Percurso” que tratam dos aspectos endógenos do planeta. O livro de 2015 apresenta pelo menos 4 unidades referentes aos aspectos físicos do Planeta, no caso do LD de 2018 não foi possível localizar tais conteúdos.

As habilidades da BNCC, tanto do sexto, como dos anos subsequentes são apresentadas nas primeiras páginas, ao contrário dos livros posteriores a Base, onde o manual do professor é apresentado somente no fim do livro. Além disso, quando folheamos o LD de 2015, vemos o livro do aluno com sugestões ao professor em vermelho. No caso do LD de 2018 o livro do professor apresenta o livro do aluno com margens sugestivas, ou seja, é apresentado o livro e nas margens de suas folhas os autores sugerem ações que adequadas à Base Comum Curricular, resultam na aquisição das habilidades especificadas.

Conforme já dito anteriormente, o manual do professor visa contribuir para a realização do trabalho docente. O livro sugere práticas didático-pedagógicas, mas também incentiva o protagonismo e a experiência do professor que, quando alinhada à Base e ao Projeto Político Pedagógico da Escola, atende as necessidades da educação.

No caso do livro didático publicado em 2015, encontramos o mesmo manual, com poucas modificações, que apresenta diversos tópicos que justificam a Geografia enquanto disciplina escolar, seus conceitos e formas de aplicação em sala de aula. Neste guia poucas coisas mudaram, se compararmos, em ambas as coleções, os textos veiculados, observaremos que são os mesmos, o que muda no caso da edição de 2018, são alguns tópicos complementares que sugerem a provocação e participação dos estudantes e como o professor deve nortear esta atitude,

Ao apresentar o manual e como o livro “funciona”, os organizadores sugerem atividades que buscam “nortear” a prática docente através de processos avaliativos, também sugerindo leituras que enriquecem as práticas e possivelmente a formação continuada do professor. O livro de 2018 sugere Planos de desenvolvimento bimestral, que relacionam os conteúdos próprios das disciplinas com os objetos de conhecimento e as habilidades da BNCC. Para cada habilidade, são propostas práticas didático-pedagógicas a serem realizadas no bimestre, além destas, são apresentadas Sequências Didáticas que sugerem um planejamento detalhado para cada aula propostas com práticas didático-pedagógicas que seriam compreendidas como atividade auxiliares capazes de promover o desenvolvimento de algumas das habilidades sugeridas pela Base.

O que observamos nesta primeira análise, é que os livros publicados em 2015 não norteam tão enfaticamente a ação pedagógica do docente. Os livros de 2015 apresentam os conteúdos e atividades que podem auxiliar o professor e os estudantes a alcançarem maior domínio daquilo que se propõe estudar, mas não norteia a ação como nos livros didáticos publicados em 2018. Nesta última edição, o livro sugere os resultados que se espera alcançar com o material didático. Se o foco é o resultado, o percurso acaba se restringindo a uma realização técnica e objetiva, não abrindo muito espaço para abstrações sobre o que se discute.

Em ambos os livros, os autores utilizam-se de recursos didáticos pedagógicos que buscam auxiliar na dinâmica de suas aulas. Tais recursos possuem propósitos



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

definidos e os autores justificam que é por meio delas que o livro subsidia o trabalho do professor. A maioria das seções é acompanhada por exercícios dirigidos que, entre outros objetivos, buscam desenvolver os princípios indissociáveis do processo de ensino-aprendizagem em Geografia (ADAS & ADAS 2018, p. XXIX)

Na apresentação de cada unidade, identificamos o recurso didático pedagógico sinalizado e intitulado “Verifique sua bagagem” (em ambas edições) que introduzem questões com o objetivo de promover e auxiliar a sondagem de conhecimentos prévios dos alunos, além de despertar o interesse deles sobre as temáticas abordadas ao longo da unidade. Entendemos que numa relação ensino-aprendizagem tanto o professor como o aluno, estão envolvidos, seus conhecimentos são válidos e a interação é dialética.

Vemos que em ambas as edições existe uma preocupação sobre os conhecimentos prévios dos estudantes. Na edição de 2018 esta preocupação é mais contextualizada com a realidade dos estudantes que, ao contrário da edição de 2015 que busca promover a imaginação de uma situação, os provoca através da observação de elementos dispostos na realidade material dos mesmos. No LD de 2018, quando o foco é o sujeito e o seu lugar no mundo, os autores induzem questões voltadas ao cotidiano do estudante de forma repetitiva. Mesmo nas atividades ditas “avaliativas”, as respostas das questões estão mais para as experiências dos indivíduos, reduzindo as discussões científicas promovidas no desenvolvimento dos percursos do livro.

O livro de sexto ano de ambas as edições objetiva tratar alguns dos conceitos da Geografia, dentre o quais destacam-se os conceitos de Lugar, Paisagem, espaço natural e espaço geográfico. Embora ambos os livros objetivam tal compreensão, o percurso que elaboram é bastante diferente. Na edição 2015, os autores buscam primeiro tratar da questão da Paisagem, relacionando-a com o conceito de espaço natural e espaço geográfico. Na unidade 1 do mesmo livro, os autores apresentam três figuras em momentos distintos, representando o espaço natural (sem a presença das ações antrópicas), no segundo um tempo mais lento com pouca modificação da natureza pelos seres humanos, e por último, na terceira imagem, os autores apresentam uma paisagem com mais elementos urbanos.

Na edição 2018, com a intenção de desenvolver a habilidade EF06GE01 - “Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses diferentes lugares em diferentes tempos”, na unidade temática “o sujeito e seu lugar no mundo”, os autores propõem a discussão dos conceitos de Lugar, Paisagem e território”. Os autores, no início desta unidade, apresentam duas personagens mochileiras que fazem viagens por todo o planeta. Nestas páginas são apresentadas uma série de imagens que se propõem a discutir as diferentes paisagens do globo terrestre. Todas as imagens são de belas paisagens em lugares turísticos diferentes. Através das imagens veiculadas os autores propõem reflexão sobre o conceito de território e paisagem. Neste ponto é possível trabalhar os dois conceitos, mas de forma superficial, sem aprofundar as questões de diferenças regionais e sociais, mesmo que o eixo temático enfoque no espaço vivenciado do sujeito, tal como mencionado anteriormente. Por este sentido, somos levados a refletir sobre qual sujeito em qual lugar do mundo o livro busca refletir.



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

Como dito anteriormente, os objetivos que devem ser alcançados pelo sexto ano referem-se às questões locais e suas relações com o global. Nesta modalidade de ensino, quando se tem tal objetivo, faz sentido trazer imagens de paisagens diversas. Entretanto, o que vemos no livro de 2015 é uma excessiva veiculação de imagens belas que reforçam a compreensão de que a paisagem se refere a um conceito carregado de sentido romântico e fantasioso. Na edição de 2018 os autores trazem imagens que abrem espaço para maiores problematizações. O que percebemos nesta edição é uma maior preocupação com o estudante, de fato os autores parecem dispostos a colocá-lo no centro do processo de ensino-aprendizagem, o que parece fazer sentido considerando o ano escolar dos estudantes. Entretanto, quando realizamos a leitura das Atividades dos percursos percebemos que há demasiada preocupação em se obter respostas de caráter pessoal, debruçadas sobre situações cotidianas que valorizam pouco as discussões de cunho propriamente geográfico. As questões nesta unidade, levam os estudantes a realizarem meras descrições de imagens, não abrindo espaço para uma elaboração mais abstrata do que conduz os elementos das paisagens.

Outro ponto observado que diferencia uma edição da outra é o tratamento dos conteúdos. Em uma edição o foco está muito mais direcionado às relações humanas sobre o espaço geográfico que levam a compreensão do conceito de lugar, bem como o de território usado por estes grupos (Edição 2018), na edição anterior (2015) o foco da discussão está mais pautado nas questões de orientação, que utilizam do espaço de vivência para nortear as questões referente a cartografia. Entretanto, é possível observar que algumas questões a respeito do espaço natural e espaço geográfico, bem como o de lugar se repetem de uma edição para a outra.

Quando nos aproximamos do livro didático do sexto ano e lemos as sugestões e orientações para os professores. Tais sugestões trazem formas de conduzir o trabalho docente apresentando os conteúdos nos livros de forma simplificada, a fim de fazer interessar os estudantes. Esta simplicidade pode por vezes reduzir a discussão que é possibilitada pela Geografia. Em uma destas margens sugestivas, os autores apontam que além de respeitar o contexto social dos estudantes, a faixa etária dos mesmos deve ser levada em conta. Por este sentido, somos levados a considerar que alguns assuntos não são próprios para aquela idade. Entretanto, através disto consideramos: quais elementos estão sendo omitidos numa tentativa de respeitar a idade dos estudantes? Pode-se pensar que devido a isto, alguns mecanismos estão ocultos. O livro sugere que quando se observa uma paisagem devemos elencar os elementos presentes na mesma em momentos diferentes. Os elementos contidos numa figura revelam a objetividade da realidade?

No pretexto de promover a consciência espacial e local dos estudantes, os autores sugerem realizar uma leitura da paisagem que os circunscreve. Mas somente com a elencação dos elementos da paisagem é possível compreender a realidade experienciada? Os mecanismos estruturais se camuflam na paisagem. Sabemos que estão ali, pois existe uma observação mais atenta por parte dos profissionais da Geografia que realizam uma leitura mais elaborada da realidade. Omitir algumas informações em respeito da idade dos estudantes é contribuir falsamente para a promoção de sua autonomia e conhecimento. Aos estudantes deve ser promovido um



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

debate da totalidade do espaço geográfico e isso refere-se também ao que está omissa nas paisagens que sugere o livro didático.

A proposta da Geografia escolar, tal como colocado anteriormente, é possibilitar em cada estudante a leitura de sua realidade espacial através dos dispositivos postos em forma e em função que compreendem a estrutura territorial, bem como promover através disso a consciência de sua cidadania que quando objetivada é capaz de promover debate e mudança da realidade territorial. Entretanto, vemos que os livros didáticos, mesmo que publicados em momentos políticos específicos, não tratam das questões de formas tão diferentes. Há sim, a apresentação de novas imagens e figuras e a atualização de dados censitários, mas não são utilizados dados ou imagens que apresentem realidades controversas e capazes de serem problematizadas no contexto brasileiro. Mais uma vez nos voltamos à questão daquilo que é omissa no livro didático. Porque há seleção de dados e imagens contidas nas edições privilegiam paisagens em detrimento de outras? Quais esboços estão presentes nos livros didáticos e o que objetivam refletir no pensamento dos estudantes? E mesmo quando são abordados, como é o caso da edição de 2018, por que elas não são tratadas nas atividades e diagnósticos das unidades?

As imagens e textos presentes nos livros, bem como as caixas que trazem a realidade dos estudantes para as discussões viabilizam uma discussão bastante rica. Entretanto, quando lemos as atividades que são colocadas ali, vemos que as respostas requerem um raciocínio mais simples que pode ser justificado pela faixa etária dos estudantes, mas que não apresentam nenhuma intenção crítica a respeito da realidade dos estudantes ou daquelas que foram apresentadas no livro.

Ao que parece, o livro busca nortear as ações do professor para que estas atinjam os estudantes de forma mais participativa. O livro coloca o estudante em evidência ressaltando sua participação e o motivando a realizar as próprias pesquisas e explorações. Entretanto, o professor parece ser compreendido como um usuário do livro, aquele que vai executá-lo sem muita autonomia, embora fique a critério do mesmo realizar seu uso de forma integral e mesmo com isso realizá-lo de forma crítica, uma vez que é o seu uso e como este se realiza que será possível medir o seu resultado.

CONCLUSÕES

Como vimos, o livro didático ocupa a centralidade num contexto político e econômico contraditório. Sua elaboração reflete as propostas da BNCC que é conduzida por diferentes agentes que através de diretrizes invisíveis orientam a educação e o seu produto. Estes agentes, atuam sob a égide de um suposto fracasso escolar e norteiam reformas de caráter salvacionista. Entretanto, quando dialogamos sobre a construção de uma educação pública de qualidade e para todos, buscamos ampliar o diálogo com toda a comunidade que se beneficia da educação. Sabemos que embora tenha sido promovido uma discussão com a sociedade organizada, pouca participação foi de fato percebida na elaboração da BNCC, poucos professores, que experienciam a escola diariamente, participaram de sua elaboração, deixando claro que a BNCC não abre



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

espaço para o professor, mas o reduz a um mero operador técnico. Fato que pode ser confirmado com a grande presença das habilidades da BNCC no livro didático.

Mesmo com a promulgação da BNCC, sabemos que os investimentos em educação no Brasil estão muito aquém do que efetivamente se espera. A educação vem seguindo um viés industrial, aparelhado à lógica capitalista de produção, que se refere a um sistema de lucros máximos e despesas mínimas. Além deste contexto econômico, vemos que o processo de construção da Base, seguiu um caminho tortuoso no que se refere ao cenário político-administrativo. Por este sentido, a BNCC traça um percurso perigoso desde a sua elaboração, uma vez que quando omissa pode legitimar um discurso homogeneizante, capaz de esconder as precárias condições das escolas públicas brasileiras, atribuindo ainda mais o fracasso da escola pública aos professores que muitas vezes não possuem condições de trabalho e sofrem constantes pressões.

Por este sentido, pensar a aprovação de um currículo num contexto problemático nos leva a questionar quais resultados almejamos conquistar e se estes produzem sob a educação os valores propriamente democráticos. Ao que compreendemos, a Base Nacional Comum Curricular, ao contrário do que se sugere, contribui para ampliar o controle sobre o trabalho docente e sobretudo a escola, utilizando dos materiais didáticos e das avaliações externas, além de definir qual a Geografia Escolar a sociedade terá acesso por meio da educação.

Por isso, indo de encontro com as propostas da BNCC e contra as reformas propostas pelo setor econômico, defendemos que, diante destas ameaças, cabe-nos debater e defender os investimentos necessários para que as escola pública promova uma real formação, ficando a cargo da Geografia escolar, promover uma ampla interpretação da realidade e dos mecanismos que a coordenam e os livros didáticos, como instrumentos facilitadores do trabalho pedagógico devem contribuir não somente para a compreensão da geografia, mas da sua realização. Pois esta se faz na atuação dos indivíduos no espaço geográfico.



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis. RJ. Editora vozes, 2013.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. A Geografia escolar crítica e a formação para a cidadania. **Revista GeoSertões** (Unageo-CFP-UFCG). Vol. 5, nº10, jun/dez.2020.

FREITAS, Fabrício Monte. SILVA, João Alberto da Silva. LEITE, Maria Cecília Lorea. Diretrizes invisíveis e regras distributivas nas políticas curriculares da nova BNCC. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 857-870, set./dez. 2018

GIROTO, Eduardo Donizeti. Dos PCNS a BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p 419-439, 2017.

GUIMARÃES, Iara Vieira. Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, MG, v.25, n.Especial, p.-1036-1054, 2018

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. bras.his.educ** Campinas-SP, v. 12, n.3 (30), p. 179-197, set/dez. 2012.

ADAS, Melhem. ADAS Sergio. **EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS: Manual do Professor**. 2º ed. Editora Moderna. São Paulo, 2015.

ADAS, Melhem. ADAS Sergio. **EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS: Manual do Professor**. 3º ed. Editora Moderna. São Paulo, 2018

SANTOS, Maria Julia Pereira; AZEVEDO, Sandra de Castro. A BNCC e as alterações nos Editais e Guias dos livros didáticos de geografia dos anos finais do Ensino Fundamental do PNLD. In: **Anais VIII SIMPÓSIO INTEGRADO UNIFAL-MG, 2022**. Alfenas, Minas Gerais. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/simposiointegrado/anais/> . Acesso em: 06 de maio de 2023.